



JOSÉ ROLLEMBERG LEITE, ACRÍSIO CRUZ E ROBERT KING HALL: AS INICIATIVAS DE EXPANSÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL EM SERGIPE (1947-1961)

RONY REI DONASCIMENTO SILVA

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

O presente artigo é fruto de dissertação de mestrado em andamento: “Memórias caleidoscópicas: expansão das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1961)”. Neste artigo pretendemos compreender as iniciativas de José Rollemberg Leite, Acrísio Cruz e Robert King Hall no processo de expansão e financiamento para criação da escola primária rural no estado de Sergipe, de 1947 a 1961. Assim sendo, operamos com as Mensagens de Governadores do estado e publicações da Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). Ao lermos esses documentos, estabelecemos um diálogo entre teoria e evidência, nos termos E. P. Thompson (1981). Por fim, concluímos que o processo de expansão e financiamento para criação das escolas rurais no estado de Sergipe se deu de forma mais acentuada no governo de José Rollemberg Leite (1947-1951), que resultou na construção de 218 unidades.

Palavras-chave: Escola Rural; Expansão; Sergipe.

This article is the result of Master's thesis in progress: "kaleidoscopic memories: expansion of rural schools in the state of Sergipe (1947-1961)". This article aims to understand initiatives the José Rollemberg Leite, Acrísio Cruz and Robert King Hall in the process of expansion and funding for creation of rural primary school in the state of Sergipe, from 1947 to 1961. Therefore, we operate with state Governors Messages and publications of the Journal of the National Institute of Pedagogical Studies (Inep). As we read these documents, we established a dialogue between theory and evidence pursuant E. P. Thompson (1981). Finally, we conclude that the process of expansion and funding for creation of rural schools in the state of Sergipe took more sharply in the government of José Rollemberg Leite (1947-1951), which resulted in the construction of 218 units.

Keywords: Rural School; expansion; Sergipe.

Introdução

O presente artigo é fruto de dissertação de mestrado em andamento: “Memórias caleidoscópicas: expansão das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1961)”. Tal investida de pesquisa pretende compreender as iniciativas de José Rollemberg Leite, Acrísio Cruz e Robert King Hall no processo de expansão e financiamento para criação da escola primária rural no estado de Sergipe, de 1947 a 1961. Para tanto, buscamos no projeto de pesquisa “História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)” as fontes a serem mobilizadas. Assim sendo, neste artigo – operamos com documentos, dispostos no Arquivo Público Estadual de Sergipe. Foram utilizados para a realização deste estudo as Mensagens de Governadores do estado e publicações da Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep).

Ao lermos esses documentos, estabelecemos um diálogo entre teoria e evidência, nos termos E. P. Thompson (1981). Nessa vertente, as fontes não revelarão nada por si mesmas, o historiador terá que trabalhar arduamente para permitir que elas encontrem “suas próprias vozes”. Ele ainda nos alertou: “Não a voz do historiador, e sim a sua (dos fatos)

própria voz, mesmo que o que podem ‘dizer’ e parte de seu vocabulário sejam determinados pelas perguntas feitas pelo historiador” (THOMPSON, 1981, p. 40). Desse modo, as fontes não podem ‘falar’ enquanto não forem ‘interrogadas’, pois sem perguntas permanecem mudas.

Por certo, o ofício do historiador não se faz sem interrogar as evidências, por isso interrogamos: Quais foram às iniciativas de José Rollemberg Leite, Acrísio Cruz e Robert King Hall no processo de expansão e financiamento para criação da escola primária rural no estado de Sergipe, no arco de tempo que compreende 1947 a 1961? O que revelam os documentos oficiais sobre o processo de expansão das escolas rurais em Sergipe? Essas perguntas movimentaram nossa pesquisa.

Tal investimento se funda pela raridade de trabalhos sobre a história da escola primária rural. Ávila (2013) e Damasceno e Beserra (2004) em seus estudos corroboram essa evidência. Assim, visualizamos ausências que nos levam a empreender essa investigação. Essa busca não é solitária, mas é partilhada com demais pesquisadores, a exemplo de Souza (2014), que evidenciou a permanência de algumas lacunas no campo da História da Educação, como a raridade de estudos sobre a história da educação primária rural. Tais ausências fizeram com que a pesquisadora continuasse a investigação atual, projeto intitulado: “História da escola primária rural no estado de São Paulo (1931 – 1968): Circulação de referenciais estrangeiros, iniciativas do Poder Público e cultura escolar”.

No estado de Sergipe a expansão das escolas primárias rurais se deu de forma mais acentuada do governo de José Rollemberg Leite (1947-1951). Fato que Barreto (2007), historiador local, considerou ser uma verdadeira revolução no ensino público primário, com a construção de mais de 200 escolas rurais por todo interior do estado. Na corrente época, o país passou por um processo de reformas educacionais empreendidas pelo governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra, que pretendia preparar o Brasil para se tornar uma nação desenvolvida em fina sintonia com os preceitos de progresso e civilização. Além disso, buscava-se ofertar a uma maior parcela da população brasileira uma educação formal para combater os altos índices de analfabetismo da época. Desse modo, a escola rural foi colocada enquanto uma agência de civilização, e mais do que isso, propunha-se formar alunos e professores dentro de uma nova mentalidade.

Por certo, o projeto de intensificação das escolas rurais em Sergipe contou com a participação de diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, ganhando destaque o professor e pesquisador norte-americano Robert King Hall. Vale ressaltar, a parceria com o Departamento de Educação do Estado, representado pelo professor Acrísio Cruz. A idealização de tal modelo de escola preconizava a residência do professor na região próxima a escola, ou mesmo anexa a ela. Deveria ser uma construção simples e bem elaborada, que servisse de modelo para as famílias da comunidade, mas com cuidado de não parecer superior ao restante da população.

“218 escolas rurais construídas em quatro anos”: o governador José Rollemberg Leite e o plano de expansão da escola primária rural em Sergipe (1947-1951)

O índice de uma civilização está mais do que todo no maior ou no menor número de seus analfabetos. Educação generalizada, ampla, sem restrições é o programa a que meu Governo se entregaria acima de qualquer outro. (LEITE, 1949, p. XI).

Generalizar, ampliar e não restringir... eram esses os pressupostos em que se alicerçavam o programa de governo de José Rollemberg Leite. Os trechos da mensagem acima foi enviada à Assembleia Legislativa Estadual, datada de 2 de março de 1949, e em muito revela sobre as tentativas governamentais de expandir o ensino primário em Sergipe, sobretudo no o meio rural. As suas práticas discursivas estavam banhadas pelos ideais de civilização que circulavam em tempos em que a escola primária rural assumia no discurso político o signo do progresso. Por este viés, a escola rural passou a incorporar um papel estratégico como agente civilizador frente aos valores, hábitos e práticas característicos de uma civilização industrial. Andrade (2014). Desse modo, as iniciativas do governo de José Rollemberg Leite, que se iniciou em 1947, se focalizaram em fazer expandir a escola primária onde havia maior contingente de analfabetos.

O governador deu ênfase à expansão quantitativa da escola primária alcançada em meu mandato. Assim, encontramos nas páginas amareladas pelo tempo, o seguinte trecho: “Na missão educacional conferida ao Estado de Sergipe, pelo meu governo, posso destacar os seguintes aspectos: aumento da rede escolar – ensino rural – aparelhamento das escolas – melhoria na formação de pessoal docente.” (LEITE, 1948, p. VII). A preocupação com a expansão da escola se ateve em torno de alguns eixos, que, sobretudo, privilegiavam o aumento das unidades escolares. Ainda segundo ele, se essa modalidade de ensino não atingiu um alcance maior, foi em decorrência dos poucos recursos financeiros, pois,

A rede escolar primária foi ampliada consideravelmente, embora, para isso o Estado assumisse maiores encargos

monetários. [...] Se não nos faltarem os recursos ainda no primeiro período letivo dêste ano funcionarão 148 escolas rurais, já estando construídas dentro de mais 15 dias 100 destas unidades didáticas. O trabalho de construções se vem desenvolvendo com muita celeridade, o que tem colocado na vanguarda dos que, em todo o país, recebem, agradecidos, a importante colaboração do Governo Federal, em defesa das populações rurais. (LEITE, 1949, p. XIII).

Com base no documento escrito, se por um lado o que havia era a escassez de recursos, e, ainda assim foram construídas, em aproximadamente 15 dias, 100 escolas rurais, somos levados a conjecturar que havia um plano de financiamento para criação da escola primária rural no estado de Sergipe. Vale ressaltar que, tais iniciativas não se restringiram apenas a expansão das escolas primárias rurais, pois houve a construção de Grupos Escolares Rurais: “Dentro de poucos dias terá início a construção de 4 Grupos Escolares Rurais nas cidades de Itabaianinha, N. S. das Dôres, Frei Paulo e Japoatã.” (LEITE, 1949, p. 15). Também foi no governo de José Rollemberg Leite que se desenvolveu a Campanha de Educação de Adultos. A ação exercida pela campanha: “foi muito eficiente, em face da extensão e dos resultados obtidos. Significou o ingresso na escola primária sergipana, em 1948, e mais de 14. 508 alunos de ambos os sexos, como idade superior a 15 anos.” (LEITE, 1949, p. 18). A campanha se expandiu, sobretudo, no meio rural sergipano.

O plano de expansão se aprestava nos discursos com celeridade, de acordo com a mensagem do mesmo ano, de 17 a 31 de janeiro foram iniciadas a construção de mais 23 escolas. O plano pretendia a criação de novos prédios, onde se daria o ensino tipicamente rural, segundo o governador: “Iniciamos o ensino rural em 1948, dando logo organização típica rural à 23 escolas das 88 que foram construídas. As demais funcionaram ministrando ensino elementar comum [...]” (LEITE, 1949, p. 26). No ano seguinte o processo de expansão continuou, assim, olhando para uma mensagem encontramos o seguinte trecho: “foram construídos até o ano próximo passado (4) grupos escolares rurais e cento e quarenta e oito (148) escolas rurais. Os grupos estão localizados nas cidades de Itabaianinha, Frei Paulo, Nossa Senhora das Dores e Japoatã. (LEITE, 1950, p. 46).” E continuou...

Trata-se de estabelecimentos de condições Pedagógicas admiráveis, já pelas suas acomodações que abrangem até a residência de diretor, mais ainda pela disposição de todas as dependências e instalações modernas. Dispõem de uma área de cerca de dez mil (10.000) metros quadrados para as práticas de cultivo. Como as escolas típicas rurais, serão providas de pessoal especializado, que preparou em curso de formação e aperfeiçoamento rural, ministrado por técnico agrícola, neste Estado. (LEITE, 1950, p. 46).

As práticas discursivas do governador nos fazem ver as construções das escolas rurais enquanto estabelecimentos admiráveis. Para além de se mostrar preocupado com a necessidade de ministrar um ensino de qualidade que proporcionasse ao indivíduo do meio rural uma aprendizagem de suas reais possibilidades de trabalho e, para tanto se investia na formação do professor rural. Desse modo, o governador José Rollemberg Leite, em sua última mensagem, fez um balanço da expansão da Escola Rural e constatou que tinham concluído:

[...] 218 escolas rurais, 7 Grupos Escolas Rurais, 10 grupos escolares e duas importantes Escolas Normais Rurais. Simultaneamente levamos em consideração o necessário preparo especializado do pessoal docente. Fazer somente o prédio escolar era muita coisa, mas não o máximo. Dar alma ao ensino, tipifica-lo sob as exigências do ruralismo moderno, era o objetivo a que se visava, e para o qual convergiam tôdas as forças administrativas e técnicas do órgão educacional do Estado, que prestou relevantes serviços aos próprios sítios do Govêrno. (LEITE, 1951, p. 19).

Os números da mensagem de 1951 contabilizam que o ensino primário comum e rural tomou um: “desenvolvimento extraordinário, elevando-se a matrícula de 23.613 em 1947 a 29.634 em 1950.” (LEITE, 1951, p. 20). A elevação de tais números se devem as iniciativas, sobretudo, do Inep, órgão que foi enaltecido nas práticas discursivas: “Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, deve Sergipe muito do que realizou. Foi um grande órgão educacional pelo que empreendeu. Houve perfeita identidade de pontos de vista entre o mesmo e Governo do Estado.” (LEITE, 1951, p. 22). Desse modo, o ensino primário rural no estado foi marcado por uma suposta época de renovação na vida educativa dos sergipanos, pois os números evidenciavam que: “A rêde escolar rural eleva-se ao número de 218 escolas construídas, 20 em vias de conclusão e 180 em pleno funcionamento. (LEITE, 1951, p. 57-58).”

Os excertos das mensagens mostram um discurso enaltecedor no tocante à construção de prédios escolares, onde funcionariam as escolas rurais. No entanto, interrogamos sobre o plano de financiamento, que resultou na construção de 218 escolas rurais, no ano de 1951. Por certo, não deixamos os documentos produzidos no estado de Sergipe responderem sozinhos nossas indagações. Para visualizarmos esse aspecto, miramos nossa atenção para um relatório publicado na revista do Inep, intitulado “**Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil**”, produzido pelo professor Robert King Hall, da Universidade de Columbia, depois de visitar Sergipe na condição de professor-consultor do Inep. Aqui desenvolveu, inseriu observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil, para além de revelar como deveria ser a escola rural ideal:

Bem sei que este Estado não é típico do Brasil e que seu programa de construção de escolas é uma espécie de modelo, sob a direção do Governador, José Rollemberg Leite, e do Secretário da Educação, Prof. Acrísio Cruz, todos dois entusiásticos aliados do plano do I. N. E. P. Essa amostra, porém, convenceu-me de que o programa de construção de escolas primárias rurais representa um excelente complemento dos esforços dos Estados e Municípios, no terreno da educação, e, sincera e energicamente executado, pode aproximar-se de uma revolução educativa. (HALL, 1950a, p. 113).

Durante as cinco semanas que Robert King Hall passou no estado de Sergipe foi convencido do desenvolvimento do plano de expansão da escola rural com base nos recursos do governo federal. Dentre as prescrições de King Hall ganhou revelo a necessidade de descentralização das escolas rurais, repartindo as responsabilidades entre os âmbitos federais, estaduais e municipais. Ao ser ver: “Ajuda a educar as instituições políticas e governamentais numa nova forma descentralizada de administração.” (HALL, 1950a, p. 114). Em relação ao financiamento do processo de expansão da escola primária rural, buscava-se resolver as enormes dificuldades financeiras dos estados, o governo federal instituiu planos de cooperação orçamentaria e técnica com as diversas unidades federadas. Como medida inicial fundou, em 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário (Decreto n. 4.958 de 14 de novembro), que foi composto pela renda originária dos tributos federais e passou a figurar no orçamento da receita e do gasto da união. De acordo com as recomendações de Hall (1950a):

[...] os fundos federais são considerados como auxílio ou suplemento a fundos e atividades educativas da municipalidade e não como um meio de usurpar, para a administração federal, o controle sobre a educação. Assim, os fundos federais distribuídos pelo I. N. E. P. são distribuídos entre os vários Estados segundo uma fórmula deliberadamente destinada a conceder auxílio aos Estados possuidores de grande população estudantil e pequenas rendas. Em outras palavras, trata-se de uma espécie de fundo federal de equalização destinado a propiciar um nível de educação considerado mínimo pelo governo nacional em áreas que sem esse fundo não teriam possibilidade de custear as escolas. Uma vez calculada a soma total ou ‘global’ que cada Estado recebe, é a mesma convertida no número de prédios escolares, que serão construídos. O I. N. E. P. serve de órgão técnico, elaborando planos para um tipo básico, mínimo aceitável em bases nacionais. Os governos locais têm liberdade de introduzir variações no plano, desde que as modificações não importem em desvio fundamental da política educacional estabelecida — como, por exemplo, a falta de residência para professores, que importaria, de certo modo, em contrariar o propósito fundamental do plano. (HALL, 1950a, p. 114-115).

A partir desse entendimento, Robert King Hall assessorou e orientou o programa de expansão do ensino escolar rural, representando, assim, a relação de proximidade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Nesse percurso assumiu a direção do centro de formação de professores rurais fundado pelo Inep. Em avaliação realizada em 1950, já ocupando o cargo de diretor do Seminário de Educação Rural sediado no Rio de Janeiro, asseverava, em relação ao plano de expansão do ensino primário rural, no que se refere àquele efeito pedagógico sobre a população rural presente na materialização mesma da edificação escolar, que tal plano de construção de escolas rurais.

Ajuda a educar a comunidade em que está sediada a escola. Neste ponto o plano também se vale de três meios, para colimar este objetivo. O primeiro é a própria existência física da residência do professor. Representa o modelo de um tipo de casa e de vida superior a tudo quanto existe na localidade; e, no entanto, é uma coisa real e atingível. Não se cometeu o grave erro psicológico de afrontar a comunidade local com uma casa luxuosa ou grandiosa, completamente fora do alcance dos membros da comunidade. O segundo é o jardim, horta ou criação de animais (galinhas ou mesmo gado). Boas sementes, métodos modernos e um certo orgulho, acompanhado de cuidado, resultaram em jardins excelentes, já imitados por alguns pais de alunos. O terceiro é um método sutil, a própria arquitetura das escolas. Logo que foram projetadas, surgiram severas críticas; não eram imponentes, sua simplicidade e ausência de ornamentos fazia lembrar as residências de escravos do século passado. A experiência, todavia, veio demonstrar que tais críticas não são necessariamente fundadas. Localizando-se a escola numa posição de destaque, freqüentemente no topo de um pequeno morro ou colina, que domine a vila e seus arredores, a estrutura, embora simples pode revestir-se de uma certa imponência e dignidade. A arquitetura é extremamente funcional e a conservação deve ser de 30 a 35% inferior à dos prédios inicialmente construídos nas cidades do Estado que visitei. A prova da aceitação desse tipo de construção, pela população local é que muitos prédios particulares recentemente construídos não passam de cópias modificadas da escola do I. N. E. P. (HALL, 1950a, p. 115).

As observações e impressões feitas por Robert King Hall nos fazem voltar o nosso olhar em direção à infraestrutura das

escolas rurais. Na tentativa de melhor compreender esses aspectos, miramos para uma das publicações de Acrísio Cruz intitulada **“O problema das constrições escolares (1966)”**. Segundo ele a prediação escolar, no país, era um fator importantíssimo para execução de qualquer plano educacional e a deficiência de instalações adequadas constitui a maior causa do analfabetismo. Em um levantamento realizado por ele, em nível de Brasil: “Até 1949, a deficiência do nosso aparelhamento educacional fazia com que ficasse anualmente, dois milhões e quinhentos mil (2.500.000) crianças, de 7 a 11 anos sem nem uma escola.” (CRUZ, 2006, p. 95). A atuação de Acrísio Cruz estava concentrada em fazer expandir o ensino primário em áreas predominantemente rurais. Para ele:

Este é um dos graves problemas educacionais que deve ser enfrentado. A falta de prédios adequados trás vários inconvenientes, entre outros a utilização de casas impróprias, muitas delas sem higiene, mal localizadas, piso ordinário, de terra batido, e muitos outros. Embora o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tenha estudos com investigações sobre o assunto, mas vale a pena atualizá-los de vez que, na ordem prioritária não pôs o tema no seu devido lugar. Devem ser, pois atualizados, em virtude da melhor facilidade hoje de penetração em várias regiões brasileiras esquecidas, mas que já se aproximam, já aparecem, mercê do desenvolvimento das comunicações e de locomoções. (CRUZ, 2006, p. 96).

As palavras acima nos fazem pensar nessa escola dada a ver, nos discursos e narrativas, como muitas vezes sem higiene, mal localizadas, piso ordinário, de terra batido. A estrutura arcaica narrada pelos professores(as) no segundo capítulo foi registrada pelo professor Robert King Hall, quando teve oportunidade de ver em uma das zonas mais pobre que visitou, um dos antigos, rústicos e inadequados casebres, em que funcionava uma escola. Segundo ele: “O plano do I.N.E.P. instalou escolas rurais justamente nas áreas mais necessitadas. Talvez seja esta sua maior vantagem, seu melhor serviço” (HALL, 1950a, p. 111). Desse modo, o aspecto da praticidade ganhava espaço, em detrimento das suntuosas escolas urbanas, sobretudo, os grupos escolares construídos em Sergipe, entre os anos de 1911 e 1926, no governo de Maurício Graccho Cardoso.

Só seria possível expandir o ensino para as zonas rurais sergipanas com modelos de escolas menos dispendiosas. Segundo Faria Filho e Vidal (2000), o empreendimento de construção das escolas rurais: “[...] baseava-se no ideal de construção simples, sem padrão definido, regulados por um conjunto de requisitos essenciais, tais como salas de aula, pátio coberto para recreio, banheiros e casa para professor, contendo sala, cozinha e dois quartos.” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 31). A crescente modéstia nas construções de prédios escolares, seja para o urbano, seja para o rural, difundidos, sobretudo, entre o período de 1950 e 1960, revelavam uma mudança no entendimento acerca dos espaços escolares e, portanto, do papel da escola na sociedade brasileira. O projeto educacional de fazer expandir o número de escolas se deu sob a tônica da democratização.

Tais pressupostos retumbaram no estado de Sergipe com a atuação de Acrísio Cruz. Em sua concepção o aspecto econômico deveria ser observado na construção dos prédios escolares, em detrimento de ornamentos estéticos, para ele, considerado dispensável nas escolas rurais. Em suas palavras: “A construção escolar, no Brasil, deve atender, inicialmente, ao aspecto econômico que incluirá, sobretudo a simplicidade e o equilíbrio nas suas proporções e divisões internas. Esse, sim, o aspecto econômico! Pouco importa o suntuoso.” (CRUZ, 2006, p. 97-98). O enunciado nos dá a ver a mudança de mentalidade acerca dos espaços escolares. Em lugar de uma arquitetura imponente, que seria mais apropriada para prédios de reitorias, escolas superiores ou de grupos escolares modelos, deveria se investir em um modelo edificação mais simples para a escola primária rural, pois,

Pensar em edificação escolar, precedida de apreciação estética, seria explicável, em se tratando de um prédio de reitoria, de uma escola superior de estabelecimento de ensino médio ou de um grupo escolar modelo, numa capital, já repleta de edifícios destinados ao ensino em todos os seus níveis. Mas, no interior, não. [...] O plano deve ser muito simples, no que se relaciona com a parte técnica. A casa da escola primária deve ser amplamente distribuída em todo país, nas zonas interioranas, qualquer que seja o seu tipo. (CRUZ, 2006, p. 97-98).

De acordo com plano de construção das escolas, deveria ter contígua a elas, a moradia do professor. Acrísio Cruz considerava a residência do professor um assunto importantíssimo. Advogava que nenhum prédio escolar deveria ser edificado sem dependências residenciais para diretores e professores, sobretudo, nos lugares mais longínquos do estado. Alegava que, se construído no interior, motivos de sobra existiam pelo menos para preencher o grande déficit habitacional que existia nas zonas mais remotas do estado. Além disso, a residência do professor deveria servir de modelo pela comunidade. Nas palavras de Andrade (2014): “[...] a professora rural e escola rural deviam formar uma mesma unidade. A presença material e simbólica dos dois elementos deve produzir já de *per si* um efeito educador.” (ANDRADE, 2014, p. 97). Assim, esse novo tipo de construção anunciou um novo tempo nos moldes civilizado, por assim dizer, à sombra da escola. A professora nessa moradia deveria fazer com que seus costumes domésticos e pessoais influenciassem a comunidade rural. O modelo de escola foi bastante elogiado por autoridades e intelectuais brasileiros, como Anísio Teixeira e Murilo Braga. O professor Robert King Hall, também elogiou o projeto, segundo ele, a

escola rural ajudaria a radicar o professor rural na zona rural, sobretudo, com a construção da residência:

[...] a residência anexa à escola primária rural e parte integrante da mesma, um poderoso incentivo para que o professor se fixe na comunidade e sinta orgulho de sua profissão. Quase sem exceção, as residências dos professores são as melhores residências do lugar. (HALL, 1950, p. 113).

Vale ressaltar que processo de expansão não se deu de forma linear e tranquila, tendo em vista gargalos e percalços que foram surgindo na medida em se avançava na ampliação da escola primária rural em Sergipe. Assim, relatou José Rollemborg Leite alguns aspectos dessas dificuldades: “pessoal docente primário mal remunerado, número de escolas reduzidos, falta de grupos escolares em diversos municípios, além dos limites em que se encontrava o nosso sistema educativo, sem o ensino superior.” (LEITE, 1951, p. 18). As dificuldades apresentadas pelo governador, também preocuparam seu sucessor, Arnaldo Rolemborg Garcez eleito em 1951.

Em seu governo, os avanços já alcançados foram mantidos e as estatísticas superadas. Assim, elucidou em sua mensagem em 1952: “Claro que ainda muito resta a fazer. Porém, antes de prosseguir na extensão da obra começada, cumpre examinar-lhe os fundamentos, reforçar-lhe as bases, consolidando os ganhos adquiridos.” (GARCEZ, 1952, p. 13). Arnaldo Rolemborg Garcez e o seu antecessor possuíam a mesma filiação política e, por isso não houve distorções entre seus discursos. Desse modo, os números continuaram a subir. Como evidenciou: “O aparelho educacional no Estado, em grau primário, abrange duzentos e quarenta e seis (246) escolas e onze (11) grupos rurais. [...] A matrícula geral no curso primário, ascendeu a vinte e oito mil seiscentos e vinte (28.620) alunos.” (GARCEZ, 1953, p. 12). E prosseguiu nos informando sobre as escolas rurais: “[...] se encontram aparelhados cento e trinta e cinco (135)”. (GARCEZ, 1953, p. 23).

Pela mensagem enunciada podemos conjecturar que a escola primária se expandiu acentuadamente no interior do estado. Contudo, os números estatísticos das escolas rurais se constituíam palcos de disputas e interesses políticos antagônicos. Pois, quando Leandro Maynard Maciel assumiu o governo no ano de 1955 cuidou por fazer duras críticas ao antigo governador. O governador da referida mensagem além de criticar negativamente os resultados da educação rural, denunciou números supostamente falaciosos: “A rede patrimonial das escolas rurais é de 248 unidades distribuídas pelos municípios sergipanos, mas, por incrível que pareça foram encontradas apenas 231 escolas.” (MACIEL, 1956, p. 64). E continuou...

[...] E um capítulo à margem de nossa história educacional o drama tortuoso da cristalização desse ensino na vida sergipana. Nem merece comentário a construção dessas escolas, por ser um fato que traz constrangimento. Essas escolas, para não irem todas, exigem reparos e consertos, como reportou a respeito o Departamento de Obras. (MACIEL, 1956, p. 64).

O tom de denuncia da mensagem, nos dar a ver uma tensão, de um lado os discursos enaltecedores de José Rollemborg Leite e Arnaldo Rolemborg Garcez e, do outro Leandro Maynard Maciel trazendo a tona supostas fragilidades. Segundo este último o estado de conservação das escolas rurais, era o pior possível: “construção se segunda classe, como são todas elas, exige uma conservação dispendiosa e, dada a sua quantidade, esse serviço requer despesas consideráveis.” (MACIEL, 1958, p. 43). O plano de construção das escolas rurais se deu numericamente com bastante celeridade, talvez pelo interesse governamental em colocar o estado de Sergipe como um dos expoentes em relação aos outros estados da federação, ou porque, o estado era ideal para a experimentação do plano nacional em decorrência do seu pequeno tamanho geográfico. Vale ressaltar, que as causas das críticas de Leandro Maynard Maciel, também podiam estar relacionadas à redução dos investimentos e iniciativas do governo federal em seu governo. Com elucidou:

Não tendo o Estado recebido, no exercício que passou, qualquer auxílio federal para esta finalidade, ficou o Governo impossibilitado de levar a efeito os trabalhos de recuperação e conservação de que todas elas necessitam. Mas dentro das nossas possibilidades, o Estado recuperou algumas, realizando serviços, cuja descrição pormenorizada ocuparia dezenas de páginas, esses trabalhos acham-se relacionados nos documentos arquivados no Departamento de Obras e vão desse pequenos reparos e serviços de limpeza até grandes serviços de reconstrução. (MACIEL, 1958, p. 43).

Leandro Maynard Maciel em suas mensagens evidenciou várias fragilidades na qualidade da expansão do ensino público, sobretudo, no meio rural. Tal fato nos leva a crer que as palavras de Gil (2008) tem razão, quando nos alertou sobre as práticas discursivas dos governos, que por vezes, erram, selecionam e omitem informações. É importante esclarecer que no período do referido governo se investiu na construção e reestruturação de diferentes modalidades de escolas.

No ano de 1958, Luiz Garcia foi eleito governador e, no ano seguinte cuidou em registrar numericamente a situação encontrada: “Atualmente, há em funcionamento no Estado de Sergipe, esses os dados estatísticos de 1958: 1.116 unidades escolares de ensino primário, fundamental comum.” (GARCIA, 1959, p. 87). E prosseguiu relatando sobre os

parcos recursos:

A difusão do ensino primário está sendo a constante preocupação do Governo, que não poupa esforços no sentido de multiplicação das escolas. Ativos tem sido os serviços de conservação, aparelhamento e renovação dos próprios e seus instrumentos de trabalho escolar, em todo o Estado. Novos grupos foram incorporados à rede, com os requisitos indispensáveis ao seu funcionamento. (GARCIA, 1959, p. 87).

As palavras acima descrevem a constante preocupação do governo de Luiz Garcia em expandir a escola primária. Desse modo, sob a mística da multiplicação das unidades escolares, foram construídas sob o comando do Estado: “1 Jardim de Infância; 25 Grupo Escolar; 15 Grupo Escolar Rural; 6 Escola reunida; 609 Escola Isolada e Rural.” (GARCIA, 1959, p. 61). Tais números, que juntos totalizam um montante de 656 escolas estaduais evidenciam tentativas da administração pública em fazer aumentar o número de escolas. Seu governo fez um balanço do quadro de matrículas: “A matrícula inicial nos vários estabelecimentos escolares e rurais atingiu nesta Capital, a 5.836 alunos. A matrícula final nas mesmas unidades, em 6.158 alunos.” (GARCIA, 1960, p. 60). Pelo trecho da mensagem, podemos conjecturar que Luiz Garcia esteve comprometido em expandir o acesso ao ensino, pois o aumento da população reclamava ampliação e melhorias educacionais.

Considerações Finais

Percorremos as trilhas deixadas pelo pó dos documentos oficiais e chegamos ao final de 1960 com dados que podem revelar a configuração do processo de expansão da escola rural primária em Sergipe. Essa configuração se deu a partir da construção de escolas rurais e grupos escolares rurais no período de 1947-1961. Em tempos de discursos políticos de expansão da educação primária rural no Brasil, os desdobramentos seguiram em Sergipe com o que se preconizava as políticas educacionais no âmbito federal. Desse modo, os governadores sergipanos utilizaram-se de estatísticas escolares para evidenciar o processo de expansão de tal modalidade de ensino em seus discursos políticos. Pois, os números serviam de argumentos eminentemente técnicos para evidenciar as supostas situações de celeridade e atrasos da escola primária rural.

Por fim, concluímos que o processo de expansão das escolas rurais no estado de Sergipe se deu de forma mais acentuada no governo de José Rollemborg Leite (1947-1951), que resultou na construção de 218 unidades. Por certo, tal projeto de intensificação contou com a participação Inep em parceria com o Departamento de Educação do Estado de Sergipe, para além de diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Deixamos aqui em nossas últimas palavras que outras questões podem surgir acerca da expansão da escola primária rural em Sergipe e por essa reflexão aqui empreendida, que pode corroborar para estudos posteriores, incluindo os de perspectiva comparada.

ANDRADE, Flávio Anício. Escola como agência de civilização: Projetos formativos e práticas pedagógicas para a educação rural no Brasil (1946-1964). **Revista Educação**, Pelotas, n. 43, p. 93-108, 2014.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)** - uma abordagem comparada. 215f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

BARRETO, Luiz Antônio. **Personalidades Sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1517970220040001&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 24 setembro 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves; Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

GIL, Natália. Os limites das estatísticas educacionais por aqueles que as produziram. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 5., 2008, Aracaju. **Anais: o ensino e a pesquisa em história da educação**. Vitória: SBHE, 2008. Disponível em CD Rom.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Retratos da modernidade: os grupos escolares de Sergipe como ícones da modernidade. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, dezembro de 2009, p. 65-83.

SOUZA, Rosa Fátima de. Perspectiva para o estudo histórico da escola primária rural no estado de São Paulo no período entre as décadas de 30 e 60 do século XX. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - Percursos e Desafios na História da Educação Luso-brasileira**. Curitiba, 2014.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Fontes Documentais:

CRUZ, Acrísio. O problema das construções escolares (1966). In. BARRETO, Luiz Antônio. **Acrísio Cruz Antologia**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

HALL, Robert King. Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**. INEP: Rio de Janeiro, janeiro-abril. 1950a.

_____, Robert King. Educação Rural: tópicos para estudo e análise. **Revista brasileira de Estudos Pedagógicos**. INEP: Rio de Janeiro, maio-agosto. 1950b.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe**. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1948).

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe**. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1949).

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1950, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe**. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1950).

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe**. Aracajú: Diretoria Geral Do Departamento de Educação. 1951).

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Leandro Maynard Maciel, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1956**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1956.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Leandro Maynard Maciel, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1957**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1957.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Leandro Maynard Maciel, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1958**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1958.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Arnaldo Rolemberg Garcez, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1952**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1952.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Arnaldo Rolemberg Garcez, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1953**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1953.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Luiz Garcia, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1959**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1959.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa apresentada por Luiz Garcia, por ocasião da abertura da sessão ordinária de 1960**. Aracajú: Imprensa Oficial, 1960.

Possui Graduação em Serviço social pela Universidade Tiradentes - UNIT. Atualmente é Mestrando em Educação pela Universidade Tiradentes – UNIT com Bolsa Capes/FAPITEC/SE. É membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória- GPSEHM. *E-mail:* ronysocial@hotmail.com.

Recebido em: 24/05/2015

Aprovado em: 24/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: